



18/12/2014 - Telesintese

IBGE: 64% dos lares brasileiros com fome têm celulares

Pesquisa do IBGE PNAD 2013 divulgada hoje sobre segurança alimentar demonstra que mais de 64% dos lares brasileiros que têm índice de segurança alimentar grave (IA), - ou com privação de alimentos para adultos e crianças – têm também celular em uso. E 88,4% desses mesmos lares têm televisão. O fogão é o aparelho de maior presença nas residências familiares: 93,5%.

Pesquisa do IBGE PNAD 2013 divulgada hoje sobre segurança alimentar demonstra que mais de 64% dos lares brasileiros que têm índice de segurança alimentar grave (IA), - ou com privação de alimentos para adultos e crianças – têm também celular em uso. E 88,4% desses mesmos lares têm televisão. O fogão é o aparelho de maior presença nas residências familiares: 93,5%.

Conforme a pesquisa, nas residências sem qualquer risco alimentar, o celular como único meio de comunicação apresenta a menor taxa, de 50,2%, entre os demais tipos de residências. Os microcomputadores são os equipamentos de menor penetração, entre os demais aparelhos domésticos, como geladeira, máquina de lavar, TV ou fogão.

Conforme a pesquisa, apenas 54,8% das residências com segurança alimentar tinham computadores. E apenas 13,8% dos domicílios com grave índice de segurança alimentar tinham este aparelho.

As TVs só perdem para as geladeiras entre os aparelhos mais disponíveis em todos os tipos de residências brasileiras. Nas casas com segurança alimentar, a geladeira estava presente em 98,3% e em 85,8% nas casas com fome. E as TVs em 97,8% das casas e em 88,4%.

Os resultados gerais da pesquisa

Em 2013, a pesquisa registrou 65,3 milhões de domicílios particulares no Brasil. Destes, 50,5 milhões (77,4%) estavam em situação de segurança alimentar. Nestes domicílios moravam 149,4 milhões de pessoas, o equivalente a 74,2% dos moradores em domicílios particulares do país. Os 14,7 milhões de domicílios particulares restantes (22,6%) se encontravam em algum grau de insegurança alimentar. Neles viviam cerca de 52,0 milhões de pessoas (25,8%).

A prevalência de domicílios com pessoas em situação de insegurança alimentar leve foi estimada em 14,8%, ou 9,6 milhões de domicílios, onde viviam 34,5 milhões de pessoas (17,1% da população residente em domicílios particulares). A proporção de domicílios particulares com moradores vivendo em situação de insegurança alimentar moderada foi 4,6% (equivalente a 3,0 milhões), onde moravam 10,3 milhões de pessoas (5,1% dos moradores). Do total de domicílios, 3,2% (2,1 milhões) foram classificados como sofrendo insegurança alimentar grave. Esta situação atingia 7,2 milhões de pessoas (3,6%). O percentual de domicílios particulares brasileiros que se encontravam em algum grau de insegurança alimentar caiu de 30,2% em 2009 para 22,6% em 2013.



18/12/2014 - Telesíntese

Isabel dos Santos não decidiu se elevará oferta pela PT SGPS

Ontem, comissão de valores mobiliários portuguesa vetou negociação com preço abaixo da média do mercado nos últimos seis meses.

Pressionada pela comissão de valores mobiliários de Portugal (CMVM) a tomar uma posição, a Terra Peregrin comunicou hoje (18) ao mercado que ainda não decidiu ainda se manterá a proposta de aquisição da Portugal Telecom SGPS por 1,35 euro por ação, ou se vai elevar a oferta. Ontem, a CMVM vetou qualquer OPA que não atinja o valor mínimo da empresa, calculado sobre o preço médio dos papéis nos últimos seis meses. Por esta conta, o valor da PT SGPS seria de mais de 1,90 por ação.

No comunicado, a Terra Peregrin, controlada por Isabel dos Santos, filha do presidente de Angola e uma das mulheres mais ricas da África, afirma que " não tomou ainda qualquer decisão relativamente à prossecução ou retirada da oferta" e que " se encontra, presentemente, a analisar as possíveis vias de

atuação" .

A CMVM chegou a suspender os negócios com papéis da PT SGPS nesta quinta-feira, após solicitar esclarecimentos sobre as negociações com a Terra Peregrin. Após a nota da empresa de Isabel dos Santos, a comissão levantou a suspensão.

A proposta de Isabel dos Santos concorre com a possível venda dos ativos da operadora PT Portugal à francesa Altice. O negócio, já firmado com a Oi, precisa do aval dos acionistas da PT SGPS, sócia da tele brasileira. A PT SGPS sugeriu que os acionistas votem a favor do negócio na próxima assembleia, que acontece em 12 de janeiro. A Terra Peregrin condicionou a compra da PT SGPS à manutenção dos ativos da operadora portuguesa.

18/12/2014 - Teletime

Grupo América Móvil aprova incorporação de empresas no Brasil

Conforme já era esperado, foi aprovada nesta quinta, 18, a operação de incorporação das empresas do grupo América Móvil no Brasil sob a estrutura da Claro S/A. A operação já havia sido aprovada pela Anatel e pelo conselho das empresas e foi aprovada sem ressalvas nas AGEs da Net e da Embratel. Na prática, nada muda do ponto de vista operacional, e as empresas continuam geridas com estruturas independentes e comandos distintos, ainda que, estrategicamente, haja um esforço para integração de produtos e otimização de custos. As principais

mudanças operacionais já vinham acontecendo, com a Calro responsável pelo mercado wireless (celular e DTH), a Net pelo mercado residencial fixo (banda larga, telefonia e TV a cabo) e a Embratel pelo mercado corporativo e longa distância. Carlos Zenteno, José Felix e José Formoso serão, respectivamente, presidentes de cada unidade de negócios.

O grupo Globo manteve uma pequena participação da Claro para preservar seus poderes de acionista na atividade de empacotamento de TV por assinatura.



18/12/2014 - Teletime

Trabalhadores questionam Altice sobre futuro da Portugal Telecom

Os trabalhadores da Portugal Telecom estão questionando a Altice, candidata à compra dos ativos da empresa, sobre as intenções da companhia francesa, caso o negócio se concretize. O periódico português Diário de Notícias publicou carta enviada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Grupo Portugal Telecom (STPT) nesta quinta, 18, ao presidente executivo da Altice, Dexter Goei, com uma série de ponderações e questionamentos. Basicamente, o sindicato pondera que nos últimos 20 anos não houve, na Portugal Telecom, nenhum processo de demissões em grande escala, e que os planos de redução do quadro de funcionários foi sempre pactuado entre empresa e trabalhadores.

Também destaca o papel do sindicato e sua representatividade. Nos questionamentos, que devem ser respondidos até o final do ano, o STPT pergunta se os princípios de pactuação serão mantidos em caso de demissão, se os atuais acordos coletivos serão mantidos e qual é o projeto da Altice para a PT Portugal quanto à sua natureza industrial, autonomia, localização do centro de decisões e abrangência

internacional.

Segundo o Diário de Notícias, a depender das respostas da Altice, o sindicato pode formalmente manifestar sua oposição ao negócio. Não é um impeditivo para que a Oi possa vender os ativos da Portugal Telecom, mas seria mais um foco de resistência.

Dia tumultuado

Nesta quinta, a Comissão de Valores Mobiliários de Portugal (CMVM) chegou a suspender as negociações dos papéis da PT SGPS em função de indefinições sobre a proposta da Terra Peregrin, pertencente a Isabel dos Santos. Ao final do dia, as negociações foram liberadas, depois que a empresa veio a público informar que ainda não havia uma decisão sobre manter, ampliar ou retirar a oferta para a compra das ações da PT SGPS. Atualmente a oferta é de 1,2 bilhões de euros. O órgão regulador português considerou que a oferta não era razoável por estar abaixo do valor de mercado, mas até aqui não houve ajuste na proposta.

18/12/2014 - Teletime

Presidente da Anatel pauta renovação das outorgas da Oi e TIM para segunda, 22

O presidente da Anatel João Rezende pautou para a última reunião do ano, que acontecerá na próxima segunda, 22, uma das mais aguardadas decisões da Anatel: a renovação das outorgas de uso da faixa de 1,8 GHz da Oi e da TIM. Mas, segundo apurou este noticiário, Rezende ainda não decidiu se pedirá prorrogação da sua análise do caso ou se levará o assunto a deliberação.

Basicamente as empresas entraram com os pe-

didados de renovação fora do prazo legal. De acordo com a procuradoria especializada da agência, a contagem correta do prazo para a entrada dos pedidos de renovação começa com a assinatura dos termos de uso da faixa e não com a publicação no Diário Oficial da União (DOU). Pela LGT as empresas devem entrar com os pedidos de renovação até três anos antes do fim do prazo de uso da faixa que é de 15 anos.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Rezende tem em mãos dois caminhos, apresentados pelos relatores dos processos. Pela proposta do conselheiro Igor de Freitas, cuja posição é fiel ao entendimento da procuradoria, é preciso dar início imediato ao processo de licitação das faixas, já que o pedido de renovação não pode ser acolhido. O conselheiro Igor de Freitas é relator do pedido da TIM.

O relator do processo da Oi, o ex-conselheiro Jarbas Valente, por outro lado, vota pela renovação das outorgas, mesmo considerando que, de fato, os pedidos são intempestivos. A flexibilidade dada por Valente na leitura da legislação se respalda no fato de que não houve dano ao erário, nem sinais de má-

-fé das companhias.

Outros casos

A última reunião do ano ainda tem na pauta outros assuntos importantes para o setor como a anuência prévia para a cisão da Telco – movimento que a princípio desfaz a participação cruzada da Telefônica na TIM e na Vivo – e a anuência prévia para a transferência de controle societário da GVT para a Telefônica.

Além disso, há dois processos relativos ao funcionamento da agência: o Plano Estratégico 2014/2015 e uma Política de Governança de Dados.

18/12/2014 - Rede Brasil Atual

Comércio sustenta emprego com carteira assinada em novembro

Saldo do Caged foi de 8.381 postos de trabalho, o resultado mais fraco para o mês desde 2008. Ministério lembra que havia expectativa de queda. Em 12 meses, saldo é de 430 mil

O mercado formal criou 8.381 postos de trabalho em novembro, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado na tarde de hoje (18) pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Foi o resultado mais fraco para o mês desde 2008 (-40.821), mas o MTE identificou alguma reação após a queda registrada em outubro. "O aumento do emprego em novembro, embora modesto, não confirmou a expectativa de queda para o mês, considerando que em outubro registrou-se uma redução de 30.283 empregos e que, em geral, o mês de novembro, segundo o Caged, apresenta um saldo menor do que o verificado em outubro", diz o ministério, em nota.

No acumulado do ano, o saldo chega a 938.043 empregos com carteira assinada, uma expansão de 2,31%. Em 12 meses, foram criados 430.463 postos de trabalho formais, crescimento de 1,05%. Como historicamente os meses de dezembro têm redução de vagas, é possível estimar que o resultado de 2014 ficará entre 400 mil e 500 mil vagas.

Em novembro, o comércio sustentou o resulta-

do, com saldo de 105.043 empregos com carteira (crescimento de 1,14%). O setor de serviços também contribuiu, com 29.526, perto da estabilidade (0,17%). Eliminaram postos de trabalho a indústria de transformação (43.700, -0,52%, com retração principalmente nas áreas química, têxtil e de produtos alimentícios), a construção civil (48.894, -1,55%) e a agropecuária (32.127, -1,96%), esta por fatores sazonais, como lembra o MTE, destacando a retração de empregos no cultivo da cana (em São Paulo) e da uva (em Pernambuco e na Bahia).

De janeiro a novembro, todos os setores têm resultado positivo. O maior número de vagas vem dos serviços (614.782, crescimento de 3,65%) e do comércio (191.533, alta de 2,08%). Percentualmente, o maior aumento é da agropecuária (4,05%), que abriu 63.276 empregos com carteira. A construção civil tem saldo de 25.452 (0,81%) e a administração pública, de 28.602 (3,15%). Com saldo de 7.990, a indústria fica praticamente estável (0,10%).

O estoque de empregos formais no país chega a 41,6 milhões.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

18/02/2014 - Rede Brasil Atual

Insegurança alimentar cai, mas ainda atinge 52 milhões no país

Segundo o IBGE, dos 65,3 milhões de domicílios registrados, 22,6% estavam em situação de insegurança alimentar em 2013; percentual era 29,5% em 2009 e 34,8% em 2004, anos anteriores da Pnad



O número de domicílios em situação de insegurança alimentar no Brasil continua caindo, mas ainda existem cerca de 52 milhões de brasileiros sem acesso diário à comida de qualidade e na quantidade satisfatória. Segundo o suplemento de Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2013, divulgado hoje (18) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 65,3 milhões de domicílios registrados, 22,6% estavam em situação de insegurança alimentar. Esse percentual era 29,5% em 2009 e 34,8% em 2004, anos anteriores da pesquisa.

Dos 14,7 milhões de domicílios com algum tipo de insegurança (22,6%), em 9,6 milhões (14,8%) moravam 34,5 milhões de pessoas (17,1%) da população residente em domicílios particulares em situação de segurança alimentar leve. Nesses lares havia a preocupação quanto ao acesso aos alimentos no futuro. Os domicílios com moradores vivendo em situação de insegurança alimentar moderada representavam 4,6% do total. Ao todo 10,3 milhões de pessoas nessa situação ou 5,1% conviviam com limitação de acesso quantitativo aos alimentos. A

prevalência de domicílios com pessoas em situação de insegurança alimentar grave era 3,2%. Em números absolutos, 7,2 milhões de pessoas ou 3,6% dos moradores de domicílios particulares reportaram alguma experiência de fome no período investigado. Em 2009, esse percentual era 5% e em 2004, 6,9%.

Para o IBGE, os domicílios com insegurança alimentar leve são aqueles em que foi detectada alguma preocupação com a quantidade e qualidade dos alimentos disponíveis. Naqueles com insegurança alimentar moderada, os moradores conviveram com a restrição de alimento em termos quantitativos. Já nos domicílios com insegurança alimentar grave, os membros da família passaram por privação de alimentos, cujo grau mais extremo é a fome.

O estudo mostra também que a prevalência dos três níveis de insegurança alimentar caiu entre 2009 e 2013. O número de famílias em situação de segurança alimentar aumentou cerca de oito pontos percentuais em quatro anos ao alcançar 77,4% dos domicílios em 2013. Aproximadamente 150 milhões de pessoas tinham acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, segundo o estudo.

De acordo com a pesquisa, a área rural concentrava o maior número de domicílios com indivíduos em situação de insegurança alimentar: 35,3% (13,9% moderada ou grave). Na área urbana, esse percentual era 20,5% (6,8% moderada ou grave). Em 2009, o índice foi 43,7% e 29,3%, respectivamente. Nos domicílios particulares urbanos em situação de insegurança alimentar moderada ou grave viviam 7,4% da população urbana, enquanto nos domicílios rurais moravam 15,8% da população.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Em relação às regiões do território nacional, o Norte e o Nordeste tinham o maior número de domicílios com pessoas em situação de insegurança alimentar (36,1% e 38,1%, respectivamente) no ano passado. Nas demais regiões esse percentual não chegou a 20%. O Sudeste apresentou o menor índice, 14,5%. Norte e Nordeste também concentravam os maiores percentuais de domicílios com pessoas em situação de insegurança alimentar grave (6,7% e 5,6%). No Sul e Sudeste, a prevalência ficou em 1,9% e 2,3%. Por outro lado, entre 2004 e 2013, o incremento mais expressivo do percentual de domicílios com pessoas comendo bem foi identificado no Nordeste (15,5 pontos percentual), com aumento de

46,4% para 61,9%.

O Espírito Santo foi o estado com o maior índice de segurança alimentar (89,65%), seguido de Santa Catarina (88,9%) e São Paulo (88,4%). As unidades da Federação com as menores prevalências foram: Maranhão (39,1%) e Piauí (39,1%), onde menos da metade dos domicílios particulares tinha alimentação assegurada, apesar do aumento de 3,6 e 3,3 pontos percentuais. No Nordeste, todos os estados apresentaram taxas inferiores à média nacional (77,4%). Na Região Norte, apenas Rondônia registrou prevalência de segurança alimentar acima da média nacional, 78,4%.

19/12/2014 - Rede Brasil Atual

IBGE aponta poucas variações e taxa de desemprego estável

Índice foi de 4,8% em novembro, pouco acima do mês anterior (4,7%) e do registrado em novembro do ano passado (4,6%). Ocupação cresce, mas em número menor que o de pessoas a mais no mercado

A taxa de desemprego medida pelo IBGE em seis regiões metropolitanas foi de 4,8% em novembro, pouco acima, mas praticamente estável, tanto na comparação com outubro (4,7%) como novembro do ano passado (4,6%), segundo os dados divulgados na manhã de hoje (19) pelo IBGE. O número de ocupados e desocupados também teve pouca variação, segundo os critérios do instituto. O rendimento médio dos ocupados cresceu.

Pela pesquisa, o número de desempregados atingiu 1,192 milhão, variando 4,4% (acréscimo de 50 mil) ante outubro e 5,3% (60 mil) em relação a novembro de 2013. Já o total de ocupados, estimado em 23,383 milhões, variou 0,5% (105 mil) e 0,4% (90 mil), respectivamente.

O total de desempregados aumentou porque o mercado, embora tenha aberto vagas, não o fez em volume suficiente para absorver a mão de obra que entrou no mês passado. De outubro para novembro, o número de pessoas na população economicamente ativa (PEA) aumentou em 155 mil (0,6%), enquanto foram criados 105 mil postos de trabalho. Na comparação anual, foram 151 mil a mais na PEA (também 0,6%), para 90 mil empregos a mais.

Entre os ocupados, pouco mais da metade (50,5%, ou

11,820 milhões) são empregados com carteira assinada no setor privado. Os sem carteira representam 8,7% (2,028 milhões). Outros 18,9% (4,427 milhões) são trabalhadores por conta própria, 8,3% (1,940 milhão), militares ou funcionários públicos estatutários e 4,3% (1,005 milhão), empregadores.

Todos os setores de atividade apresentam situação considerada de estabilidade, tanto em relação a outubro como na comparação anual. A maior variação no mês (2,4%, com 103 mil vagas a mais) foi do comércio, que em compensa parcialmente o resultado em relação a novembro de 2013 (-2,7%, ou menos 120 mil). A indústria varia 1,8% no mês (62 mil) e 0,9% em 12 meses (31 mil).

Entre as regiões pesquisadas, as menores taxas de desemprego foram apuradas no Rio de Janeiro (3,6%) e em Belo Horizonte (3,7%) e a maior, em Salvador (9,6%). A variação foi de 4,2% em Porto Alegre, 4,7% em São Paulo e 6,8% em Recife.

O rendimento médio, estimado em R\$ 2.148,50, fica 0,7% acima do registrado em outubro. Ante novembro de 2013, cresce 2,7%.



18/12/2014 - CUT

Correção da tabela do IRPF reduz parte das perdas da classe trabalhadora



A correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), em 6,5%, aprovada nesta quarta-feira (17) no Senado, corrige parte da perda histórica de 61,42% acumulada na atual tabela, e beneficia principalmente os trabalhadores assalariados.

Esta é a avaliação do presidente da CUT, Vagner Freitas, para quem a não correção da tabela penaliza o trabalhador duas vezes. Isto porque, além de ser tributado no salário, que não é renda, ressalta o dirigente, os trabalhadores são penalizados pela tributação indireta no consumo.

Para Vagner, a correção da tabela é importante e essencial para melhorar o poder de compra dos/as trabalhadores/as, mas não basta diminuir o impacto do imposto de renda nos salários.

“O Brasil precisa fazer uma reforma tributária para acabar com a injustiça tributária no País. É preciso aumentar a progressividade da tabela, por meio de um número maior de faixas. Quem ganha mais, tem de pagar mais”, pontua Vagner.

“É preciso, ainda, que os lucros, ganhos de dividendo e herança sejam tributados, coisa que não acontece no Brasil”.

18/12/2014 - CUT

Eternit é obrigada a diminuir riscos com amianto

Justiça vai analisar pedido de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 1 bilhão

O Ministério Público do Trabalho conseguiu tutela antecipada em ação civil pública (ACP) contra a Eternit em que obriga a empresa a cumprir uma série de medidas para garantir a segurança dos trabalhadores exposto ao amianto na fábrica em Guadalupe (RJ). A decisão é da 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, que deferiu pedidos feitos na ação assinada pelos procuradores Janine Milbratz Fiorot, Luciano Lima Leivas, Márcia Cristina Kamei Lopez Aliaga e Philippe Gomes Jardim.

“A decisão é muito importante porque reconhece todo o trabalho do MPT pelo fim do uso do

amianto, em todas as suas formas e em quaisquer atividades econômicas. A nossa preocupação pelo banimento do amianto não está concentrada apenas para os trabalhadores. Nosso objetivo é proteger a saúde da população em geral e defender o meio ambiente de contaminações e processos poluentes. Trata-se de um enfrentamento mais amplo de saúde pública, e não apenas de saúde ocupacional”, destacou o procurador Philippe Jardim, que é o coordenador nacional de Defesa do Meio Ambiente de Trabalho (Codemat).



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Entre os pedidos atendidos, a Eternit está obrigada a manter as concentrações de fibras de amianto no limite inferior a um décimo de fibra por centímetro cúbico ($0,1 \text{ f/cm}^3$), de acordo com a cláusula 73 do acordo nacional do uso seguro do amianto combinado com art. 3º da Lei nº 9.055/95. O descumprimento acarretará multa de R\$ 500 mil a cada avaliação indicando concentrações acima desse limite. Caso seja encontrado setores acima desse limite, as atividades serão paralisadas.

A decisão da juíza Raquel de Oliveira Maciel determina ainda que a Eternit terá que custear as despesas de deslocamento e as despesas de hospedagem para todos os ex-empregados da fábrica no Rio de Janeiro, que comprovadamente residirem em domicílio distante a mais de 100 km do local dos serviços médicos de realização periódica de exames médicos de controle de agravos à saúde passíveis de associação à exposição ocupacional ao amianto. O descumprimento será multa de R\$ 50 mil por ex-empregado.

Além da liminar, o MPT também assinou um acordo com a empresa para serem cumpridas outras medidas no processo produtivo na fábrica do Rio de Janeiro. As obrigações da empresa estão em desde disponibilizar vestiário duplo para os empregados para guarda de roupa pessoal e de trabalho a fornecer equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados.

O MPT aguarda o julgamento do pedido de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 1 bilhão.

Ação - O processo é resultado de inquérito aberto no MPT em 2008, que constatou que a fábrica desobedece a normas de segurança e mantém máquinas mal conservadas, que deixam vazar poeira do amianto. A investigação também descobriu que a empresa não emitia Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). Havia casos de trabalhadores que adoeceram nos anos de 1980, mas somente em 2014 foi emitido o documento.

Esse é o segundo processo que o MPT move contra a Eternit no valor de R\$ 1 bilhão. Em agosto de 2013, a companhia foi acionada por contaminação por amianto na fábrica de Osasco (SP), fechada em 1993. Na época, a Justiça obrigou a empresa a custear plano de saúde para os ex-empregados da unidade.

A empresa atua em todo o Brasil com 2.500 funcionários e quatro fábricas: Rio de Janeiro, Simões Filho (BA), Colombo (PR) e Minaçu (GO). Em 2013, a receita líquida foi de R\$ 957,3 milhões.

Doenças – As doenças mais comuns associadas ao amianto são a asbestose e o mesotelioma, dois tipos de câncer. Conhecida como “ pulmão de pedra”, a asbestose, aos poucos, destrói a capacidade do órgão de contrair e expandir, impedindo o paciente de respirar. Já o mesotelioma se dá no pericárdio, no peritônio e, principalmente, na pleura (membrana que envolve o pulmão). O paciente sente falta de ar devido a derrame pleural. O Sistema Único de Saúde (SUS) registrou cerca de 2,4 mil casos de mesotelioma.



18/12/2014 - CUT

Concentração de renda ainda é alta no Brasil

Índice vem diminuindo, ainda que em ritmo lento, mostra pesquisa do IBGE

A concentração de renda no Brasil segue elevada, mas vem diminuindo, ainda que em ritmo lento.

Segundo a pesquisa divulgada na quarta (17) pelo IBGE, a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), as pessoas com os 10% dos maiores rendimentos concentravam 41,7% do total em 2013. Essa proporção era de 45,8% em 2004. Na outra ponta, aqueles com 10% dos menores rendimentos passaram de 1% para 1,2%.

Na divisão do instituto, por décimos de rendimentos, do primeiro ao oitavo houve ganho. O nono manteve-se relativamente estável (de 15,9% para 15,3%), enquanto o último, o de maior concentração, teve queda (de 9,8%), chegando aos 41,7%.

Os dados têm como fonte a Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (Pnad).

Os rendimentos do trabalho, que representavam 76,4% do total em 2004, passaram para 77,2% no ano passado. Aposentadorias e pensões foram de 18,1% para 18,3%.

O índice de Gini, que mede a desigualdade, também teve melhoria no período pesquisado. De 0,555 em 2004 chegou a 0,501 – quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade. Mas segue com variações regionais: o menor índice da distribuição de rendimentos mensais é da região Sul (0,458) e o maior, do Centro-Oeste (0,519). Vai a 0,483 no Sudeste, a 0,484 no Norte e a 0,509 no Nordeste.

18/12/2014 - Portal Vermelho

Taxa de formalização do trabalho é a maior desde 2004

Em 2013, o mercado de trabalho teve a mais elevada taxa de formalização (58,0%). Há nove anos, a taxa não chegava à metade da população ocupada (45,7%). Os dados fazem parte do estudo Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2014.

Norte e Nordeste registraram, em 2013, percentuais de formalização abaixo da média nacional na década passada (40,2% e 39,7%, respectivamente).

Por outro lado, as regiões Sul e Sudeste apresentaram os maiores percentuais de pessoas em trabalhos formais (67,4% e 67,8%, respectivamente).

Em 2004, o número de trabalhadores formais era de 37,4 milhões. Em nove anos, esse número aumentou 47,8%. Já a população ocupada em trabalhos informais teve uma redução de 10,1%, passando de 44,5 milhões para 40 milhões (42,0%).

Entre as pessoas em trabalhos informais, 62%

tinham até oito anos de estudo, mais de 70% eram empregado sem carteira ou por conta-própria e 27% estavam na agricultura.

Grupos significativos no trabalho informal

O perfil das pessoas em trabalhos informais indica uma proporção um pouco maior de mulheres nesta condição (42,7%). Contudo, a distância entre as taxas por sexo se reduziu nos últimos anos.

Em 2004, o percentual de homens e mulheres em trabalhos informais era 52,6% e 56,7%, respectivamente. Em 2013 essa diferença era cerca de um ponto percentual (41,5% e 42,7%, respectivamente).

Em 2013, cerca de 45% dos jovens de 16 a 24 anos ocupados estavam em trabalhos informais. Entre os idosos no mercado de trabalho este percentual era ainda maior (69%).



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Quase metade das pessoas de 16 anos ou mais de cor preta ou parda ocupadas estavam em trabalhos informais (48,7%). Na população ocupada branca, este percentual era de 34,7%.

Em 2013, o rendimento médio da população ocupada em trabalhos informais correspondia a 57% do rendimento da população ocupada em trabalhos formais. No Piauí, essa relação foi de 36%, a maior desigualdade entre todos os estados.

Nos últimos nove anos, a desigualdade caiu, pois a variação do rendimento médio dos informais foi de 51,8%, percentual superior ao dos formais (26,7%).

O maior avanço do rendimento médio da população ocupada em trabalhos formais ocorreu na região Nordeste (34,6%). No Rio Grande do Norte, a variação foi a mais elevada do país (54,4%). No caso da população ocupada em trabalhos informais, a maior variação do rendimento médio foi na região Centro-Oeste (62,8%).

Menos de um quarto dos empregados sem carteira contribui para a previdência social

Os empregados sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores domésticos sem carteira e os trabalhadores por conta-própria contabilizavam quase 40% da força de trabalho e uma parcela reduzida desse grupo buscava a previdência social de forma individual

Dentre os empregados sem carteira, 22,3% contribuíram para a previdência social. No caso dos trabalhadores domésticos sem carteira e trabalhadores por conta-própria os percentuais eram 11,9% e 25,6%, respectivamente.

Os empregados sem carteira e os trabalhadores por conta-própria somavam 33,6 milhões de pessoas e se assemelham por apresentar baixa formalização e um dos menores rendimentos médios, acima apenas dos trabalhadores domésticos.

Tem-se que 44% dos empregados sem carteira estavam no setor de serviços, sendo que entre as mulheres este percentual chegava a 67,6%.

Com relação ao perfil educacional, quase 60%

dos homens tinham até o ensino fundamental e cerca de 73% das mulheres tinham mais de 8 anos de estudo.

O trabalho por conta-própria é uma categoria cujo sexo do trabalhador influencia no perfil deste segmento, pois o trabalho é inerente à formação de cada pessoa.

Dessa maneira, tem-se que 51% dos trabalhadores por conta-própria do sexo masculino estavam no setor agrícola e de construção; por outro lado, havia uma concentração de 69,2% das trabalhadoras por conta-própria nos setores de comércio e serviços

A desigualdade de rendimentos entre mulheres e homens na categoria de conta-própria era mais elevada que entre os empregados sem carteira.

As mulheres que trabalhavam nesta categoria recebiam em média 69% do rendimento dos homens. O rendimento médio das mulheres com até quatro anos de estudo equivalia a 53% do dos homens. Entre os mais escolarizados essa relação era de 61%.

Entre os empregados sem carteira, o rendimento médio das mulheres era próximo ao dos homens (90%). Mas a desigualdade se acentua segundo a escolaridade.

O rendimento médio dos empregados sem carteira com mais de oito anos de estudo era o dobro daqueles com até quatro anos. O rendimento médio das mulheres com mais de oito anos de estudo nesta categoria correspondia a 71% do dos homens com os mesmos atributos. Entre os menos escolarizados essa relação era de 79%.

Nos últimos nove anos, as categorias ocupacionais com os maiores ganhos de remuneração foram os trabalhadores domésticos sem carteira (60,9%) e o empregado sem carteira (57,3%).

O rendimento-hora da população ocupada de 16 anos ou mais aumenta com a escolaridade.

Em 2013, em média, a hora trabalhada da população ocupada com até 4 anos de estudo era R\$7,10, enquanto para aqueles com 12 anos ou mais de estudo, era de R\$28,24 (4 vezes maior).